economia

Entidades buscam adiar a reforma tributária para 2028

Manifesto alerta para indefinições e falhas que geram insegurança jurídica

/ REFORMA TRIBUTÁRIA

Osni Machado
osni.machado@jornaldocomercio.com.br

JONATHAN HECKLER/JC



Impasse sobre alíquota da CBS é um dos pontos criticados por especialistas

A proximidade da entrada em vigor das novas etapas da reforma tributária, prevista para 1º de janeiro de 2027, mobiliza entidades jurídicas, empresariais e de diferentes setores econômicos em torno de um pedido de adiamento. Em Carta Aberta liderada pela Fundação Escola Superior de Direito Tributário (Fest), 31 organizações defendem que 2027 seja destinado a testes e adaptações, com o início da implementação efetiva da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) transferido para 1º de janeiro de 2028. A iniciativa tem como argumentos a falta de definições essenciais, o prazo insuficiente para preparação dos contribuintes e a ausência de uma estrutura adequada para solucionar futuros conflitos judiciais.

A conselheira do Conselho Deliberativo Fest e vice-presidente do Instituto dos Advogados do Estado do Rio Grande do Sul (Iargs) Alice Grecchi destacou que a indefinição sobre a alíquota da CBS compromete o planejamento das empresas e amplia a insegurança jurídica. A previsão de divulgação do percentual em 15 de dezembro de 2026 deixaria pouco mais de duas semanas até o início de janeiro para que os contribuintes avaliem os impactos da nova tributação, revisem preços, renegociem contratos e ajustem suas operações.

A representante do Iargs também questiona a estimativa de 11,3% para a CBS apresentada em estudo do Tribunal de Contas da União (TCU). Na avaliação da especialista, o percentual estaria superdimensionado e poderia contrariar a Emenda Constitucional nº 132 ao provocar aumento da carga tributária. A preocupação aumenta diante da soma da CBS com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá gradualmente o ICMS estadual e o ISS municipal.

A presidente da Fest, Mariana Koch, reforça que as dificuldades não se limitam à definição das alíquotas. Para ela, o prazo disponível para renegociar contratos e ajustar preços é incompatível com a complexidade das mudanças tributárias. Empresas com centenas de contratos corporativos enfrentam dificuldades para revisar suas condições comerciais sem conhecer com precisão os efeitos da nova sistemática sobre a recuperação de créditos tributários e os valores líquidos dos serviços.

De acordo com Mariana, algumas companhias ainda não conseguiram renegociar sequer 20% de seus compromissos. A incerteza sobre o aproveitamento de créditos e a carga tributária efetiva impede que fornecedores e clientes concluam os ajustes necessários com segurança.

Fiergs defende prazo maior para adaptação à mudança

O adiamento da entrada em vigor das novas etapas da reforma tributária é defendido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). De acordo com a entidade, a iniciativa permitiria que as empresas tenham tempo de adaptar os seus sistemas e procedimentos às mudanças. A posição foi reforçada após reunião da diretoria da entidade e diante das incertezas sobre o funcionamento do novo modelo, a definição de alíquotas e as regras operacionais necessárias à transição.

O economista-chefe da Fiergs, Giovani Baggio, afirma que a preocupação não representa oposição à reforma, considerada necessária e positiva para a indústria, mas busca garantir condições adequadas para sua implementação. Um dos principais pontos de alerta é a estimativa da alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que, segundo projeção do Tribunal de Contas da União (TCU), pode chegar a aproximadamente 11%. Somado à estimativa de 18,7% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o percentual acende preocupações sobre a tributação total do consumo no País.

Para Baggio, a elevação das projeções em relação às expectativas iniciais reforça a necessidade de acompanhar os efeitos da reforma sobre a competitividade e a distribuição da carga tributária entre os setores econômicos. A entidade também considera insuficiente o prazo de 15 de dezembro para a definição de questões essenciais à implantação do sistema.

Entre as pendências estão alíquotas, como a do Imposto Seletivo, e aspectos relacionados à estrutura de resolução de litígios. Por isso, a Fiergs acompanha a posição do Conselho Tributário da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em defesa de que 2027 seja um período de testes, sem cobrança efetiva dos novos tributos.

Baggio lembra que a implantação do e-Social, iniciada por volta de 2013 e 2014, passou por ajustes, adiamentos e etapas diferenciadas conforme o porte das empresas até ser incorporada à rotina empresarial. Na avaliação dele, a experiência demonstra a importância de um período de adaptação para reduzir dificuldades operacionais.

Respiramos Saúde
Grupo DoctorClin

Doctor Clin conecta serviços para ampliar o cuidado no RS

CHRISTIAN JUNG/ DIVULGAÇÃO/ JC



Hospital Doctor Clin integra a rede própria do grupo, reunindo serviços de diagnóstico, tratamento e internação

Da consulta ao tratamento especializado, cuidar da saúde envolve serviços que nem sempre estão no mesmo lugar. É para aproximar essas etapas que a Doctor Clin, fundada em Porto Alegre em 1996, estrutura sua atuação com unidades próprias e rede credenciada no Rio Grande do Sul.

A operadora atende mais de 160 mil clientes e reúne 20 unidades próprias. Cada estrutura conta com diferentes espaços de atendimento à saúde, incluindo clínicas com pronto atendimento adulto e pediátrico, centros médicos com consultas eletivas, especialidades e terapias clínicas, além de lojas de relacionamento. A estrutura inclui ainda um hospital com atendimentos clínicos, traumatológicos e pediátricos, serviços de diagnóstico por imagem, centro cirúrgico, internação, laboratório e atendimento especializado em oncologia e infusão, oferecendo assistência integrada em diferentes etapas do cuidado à saúde.

A Doctor Clin atua em cidades como Porto Alegre, Canoas, Gravataí, São Leopoldo e Novo Hamburgo, com assistência complementada por prestadores de serviços de saúde em diversas regiões do Rio Grande do Sul, incluindo o Vale do Sinos, Vale do Caí, Vale do Paranhana, Serra Gaúcha, Litoral Norte e Sul, entre outras.

A oferta de serviços se amplia com outras empresas do DC Group. O Laboratório Qualitá atua em análises clínicas; a Enlace oferece cuidados oncológicos e infusões; o Doctor Center reúne diferentes serviços em complexos de saúde; e a Amplex realiza a corretagem de planos de saúde para pessoas físicas e empresas.

Aos 30 anos, o desafio da Doctor Clin não é apenas ampliar a estrutura, mas fazer com que diferentes serviços contribuam para uma jornada de saúde mais ágil, simples e funcional.

CHRISTIAN JUNG/ DIVULGAÇÃO/ JC



Sala de recuperação do Hospital Doctor Clin, em Porto Alegre

Produção jornalística: Karine Freitas

Este conteúdo integra a coluna mensal "Respiramos Saúde", do Grupo Doctor Clin, no Jornal do Comércio, dedicada a informações sobre assistência, prevenção e bem-estar.

DoctorClin